

MINISTÉRIO Da INTEGRAÇÃO NACIONAL

Francisco José Coelho Teixeira

Ministro da Integração Nacional

Robson Afonso Botelho

Secretário de Infraestrutura Hídrica

Elianeiva de Queiroz Viana Odísio

Coordenadora-Geral de Programas Ambientais

Maria da Glória Almeida Teixeira

Especialista Médio I

Juliana Brito dos Santos

Analista Técnico-Administrativo

CMT ENGENHARIA AMBIENTAL

Auriman Cavalcante Rodrigues

Coordenador-Geral

Carlos Danger Ferreira e Silva

Coordenador Setorial

Mariana Veríssimo Pacheco

Coordenadora Setorial

Denise Bonomo

Inspetora Ambiental

Juliana Márcia Andrade

Inspetora Ambiental

Equipe Técnica:

Adriana Martins

Analista Ambiental

Ana Paula Alencar

Analista Ambiental

Fabiana Lisboa

Analista Ambiental

Leonardo Medeiros

Analista Ambiental

Marcello Aponte

Analista Ambiental

Marismar Bispo

Analista Ambiental



Dados da Publicação:

Diagnóstico Socioambiental Participativo das Comunidades Quilombolas da Área De Influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Realização:

Equipes de Educação Ambiental e de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas: Adriana Martins, Adriana Nascimento de Oliveira, Ana Paula Alencar, Cláudia Maria de Albuquerque Guimarães, Denise Bonomo, Edivam José da Silva, Fabiana Lisboa, Gislane Rodrigues Lima, Juliana Márcia Andrade, Leonardo Brilhante de Medeiros, Marcello Aponte, Marismar Bispo e Valtercio Evangelista da Silva.

Coordenação:

Juliana Márcia Andrade

Pesquisa e Textos:

Adriana Martins

Ana Paula Alencar

Leonardo Brilhante de Medeiros

Ilustração e Projeto Gráfico:

Francisco Puygserver

Pablo Murilo

Revisão:

Denise Bonomo

Leonardo Brilhante de Medeiros

Marismar Bispo



LISTA DE SIGLAS

AQCC - Associação Quilombola de Conceição das Crioulas

AQCR - Associação Quilombola da Cruz dos Riachos

AQCS - Associação Quilombola Comunidade Santana

AQUICBÁ - Associação Quilombola da Comunidade de Jatobá

ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro

ASPAPP - Associação dos Produtores Agrícolas do Poço da Pedra

CEASA - Centro de Abastecimento

CCLF - Centro de Cultura Luiz Freire

CDR - Conselho de Desenvolvimento Rural

CEACQ - Comissão Estadual de Articulação de Comunidade Quilombolas de Pernambuco

CECOR - Centro de Educação Comunitária Rural

CIDA - Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional

COMPESA - Companhia Pernambucana de Saneamento

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CPA - Centro de Produção Artesanal

DRP - Diagnóstico Rápido Participativo

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FCP - Fundação Cultural Palmares

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

GERES - Gerência Regional de Saúde

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPA - Instituto Agrônomo de Pernambuco

ISA - Instituto Socioambiental

ITEP - Instituto de Tecnologia de Pernambuco



MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MI - Ministério da Integração Nacional

MMTR - Movimento das Mulheres e Trabalhadoras Rurais

MSD - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PBA – Projeto Básico Ambiental

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRORURAL - Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PSF - Programa de Saúde da Família

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

ONG - Organização Não Governamental



ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO.....	6
2. JUSTIFICATIVA.....	7
3. ESPAÇO FÍSICO DA PESQUISA	8
3.1. Comunidades Quilombolas no Brasil	8
3.2. Comunidades Quilombolas do Nordeste e Sertão Pernambucano	10
4. METODOLOGIA.....	12
4.1. Fase de Instrumentação	13
4.1.1. Público-Alvo.....	15
4.1.2. Métodos e Técnicas de Obtenção dos Dados.....	15
4.2. Fase de Interpretação das Informações.....	16
5. ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS	18
6. COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CONTENDAS/TAMBORIL DO PADRE/CACIMBA VELHA .	20
6.1. Resultados da Memória Coletiva	20
6.1.1. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Técnico..	20
6.1.2. Fase de Interpretação das Informações do Mapeamento Técnico	22
6.2. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Social.....	25
6.2.1. Fase de Interpretação das informações do Mapeamento Social	26
6.3. Memória Coletiva da Oficina de Devolutiva	26
6.4. Pesquisa Socioeconômica.....	27
6.4.1. Aspectos Socioeconômicos da Comunidade.....	27
6.4.2. Infraestrutura Social e Econômica	36
6.4.3. Produção e Formas de Uso e Ocupação da Terra.....	37
6.4.4. Serviços de Apoio à Produção.....	38
6.4.5. Análise dos Resultados da Pesquisa Socioeconômica	38
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
8. REFERÊNCIAS.....	41
9. ANEXOS	43



1. APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico Socioambiental Participativo das Comunidades Quilombolas da Área de Influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) é o resultado das ações dos Programas de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas e de Educação Ambiental, os quais integram o conjunto de programas ambientais que compõem o Projeto Básico Ambiental (PBA) do PISF. As ações visam minimizar possíveis impactos causados pela implantação do empreendimento, bem como promover melhoria na qualidade de vida das comunidades quilombolas identificadas na Área de Influência Direta (AID) do PISF.

O propósito deste documento é apresentar informações socioeconômicas e ambientais dessas comunidades, a fim de subsidiar ações de educação ambiental, organização e gestão produtiva. Ademais, essas informações poderão contribuir com as instituições governamentais que atuam diretamente nessas comunidades quilombolas na busca de uma gestão comunitária colaborativa voltada para o desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento da cultura local.

O Diagnóstico Socioambiental Participativo de Comunidades Quilombolas do PISF é resultado de um processo dialógico e participativo desenvolvido por meio de procedimentos metodológicos pautados na pesquisa-ação, a partir da reflexão e construção entre os atores sociais de comunidades quilombolas pesquisadas e a equipe técnica responsável pela implementação dos programas ambientais.

Essas ações foram desenvolvidas em 12 (doze) comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano, são elas: Araçá, Juazeiro Grande, Pedra Branca, Queimadas, Serra do Talhado, Sítio Feijão/Posse, Conceição das Crioulas, Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha, Santana, Cruz dos Riachos, Jatobá II e Fazenda Santana.

Assim, de modo a facilitar a apresentação desses resultados, o diagnóstico foi dividido por comunidade quilombola, constando, assim, de 12 (doze) volumes.



2. JUSTIFICATIVA

A principal função de um diagnóstico socioambiental é ampliar o autoconhecimento das comunidades sobre as potencialidades e problemas locais e sua relação com o meio ambiente promovendo o planejamento participativo.

Um diagnóstico pode-se constituir como elemento central para a organização de ações que visam o desenvolvimento local, pois permite o diálogo entre técnicos e comunidade sobre a realidade vivida pelo grupo, sobre a rede de relações sociais, de conflitos e contradições que lhe imprimem um dinamismo permanente e que abrem caminhos para a transformação.

As dimensões levantadas durante um diagnóstico são implicadas entre si e poderão ser equacionadas em reflexões e ações coletivas de planejamento para o desenvolvimento comunitário na direção da melhoria de qualidade de vida da população. Os participantes deste processo têm no diagnóstico, a possibilidade de reconhecer melhor suas experiências, fraquezas e habilidades, avaliando quais são as melhores alternativas para um novo planejamento de ações prioritárias a este desenvolvimento.

Espera-se que todo processo de elaborar, consolidar e validar este diagnóstico favoreça a construção do autoconhecimento e de uma consciência crítica do processo de mudança do grupo, além disso, que subsidie o planejamento e desenvolvimento de ações contextualizadas em educação ambiental e capacitações de organização e gestão produtiva.

Em contrapartida a um estudo pré-elaborado, com perguntas direcionadas e formuladas intencionalmente, este estudo permite que os próprios comunitários analisem o meio em que vivem, as suas mais diversas relações de dependência e possíveis alternativas para melhorias locais.



3. ESPAÇO FÍSICO DA PESQUISA

3.1. Comunidades Quilombolas no Brasil

Para entender como se deu a formação das comunidades quilombolas no Brasil é necessário conhecer o sistema escravista brasileiro, época na qual os portugueses começaram a dominação de nosso território. Desse modo, para se instalar precisavam de mão de obra forte, barata e em grande quantidade. A mão de obra escrava africana, facilitada pelo mercantilismo europeu, se tornava a alternativa mais lucrativa e viável. O tráfico negreiro, iniciado por volta de 1532, foi, por mais de três séculos, uma das maiores e mais rentáveis atividades, trazendo mais de 3 milhões de escravos para os portos brasileiros (ALBUQUERQUE & FILHO 2006).

Em território africano os negros eram tratados como moeda de troca. Trocava-se um negro por aguardente de cana, espelhos, rolos de fumo, entre outros. Quando adquiridos, os negros eram marcados a ferro em brasa, e, acorrentados, eram encaminhados aos presídios da costa africana, onde esperavam os navios negreiros. Esses negros eram transportados de forma sub-humana, amontoados nos porões dos navios, alguns chegavam a óbito e eram jogados ao mar. Assim, quando chegavam ao território brasileiro, eram comercializados nos mercados da Bahia, do Rio de Janeiro, do Maranhão e do Pernambuco, e seus serviços eram empregados na lavoura, mineração, pecuária ou em trabalhos domésticos. A economia da colônia e do Império dependia praticamente do trabalho dos escravos africanos. O trabalho deles desenvolveu a monocultura canavieira, a monocultura cafeeira e a mineração (SOUSA 2012, não paginado).

Apesar desse histórico escravista, Silva (2010) afirma que esses povos não foram passivos e tampouco a formação do território dos quilombos se deu somente a partir dos redutos de negros fugitivos, mas, também, da compra da terra pelos escravos alforriados, ou por doação de terras pelos proprietários falidos para pagar pela prestação de serviços.

Durante todo o período de escravidão houve inúmeros casos de resistência dos povos negros. Existiam muitas maneiras de luta contra a escravidão, uma das formas mais expressivas de resistência foi a constituição de quilombos, “distribuídos por quase todo território brasileiro, agrupavam principalmente os povos africanos e seus descendentes escravizados, mas também brancos europeus excluídos do sistema e povos indígenas”. (ANJOS & CYPRIANO 2006).

Munaga & Gomes (2006), publicou que quilombo não significou apenas um lugar de refúgio de escravos fugidos, mas a organização de uma sociedade livre formada por “homens e mulheres que se recusavam a viver sob o regime da escravidão e desenvolviam ações de rebeldia e de luta contra esse sistema”.



Os refugiados tornaram-se pequenos produtores rurais autônomos, num processo de ocupação e uso produtivo das regiões florestadas mais distantes dos rios, em áreas do interior do Brasil. Após a abolição, muitos ex-escravos continuaram suas atividades agrícolas, enquanto outros foram obrigados a trabalhar para latifundiários e garantir sua sobrevivência (ISA 2008).

Vale ressaltar que muitas comunidades foram formadas após a promulgação da Lei Áurea que extinguiu a escravidão, por uma forte razão: era a única possibilidade do negro viver em liberdade, num espaço onde sua cultura não era desprezada, sendo possível, por isso, preservar a dignidade.

Em resumo, Munanga & Gomes (2006) afirmam que a luta e organização, marcadas por atos de coragem, caracterizaram o que se convencionou chamar de “resistência negra”, cujas formas variavam de insubmissão às condições de trabalho, revoltas, organizações religiosas, fugas, até aos chamados mocambos ou quilombos.

Os quilombos representam uma das maiores expressões de luta organizada no Brasil, em resistência ao sistema colonial-escravista, atuando sobre questões estruturais, em diferentes momentos histórico-culturais do país, sob a inspiração, liderança e orientação política ideológica de africanos escravizados e de seus descendentes e de africanos nascidos no Brasil. Essas comunidades negras têm empreendido uma luta pelos direitos à liberdade, cidadania e igualdade, no conjunto das reivindicações pela posse da terra, bens considerados sagrados e formadores de uma identidade étnica.

Sabe-se que no Brasil foram criados vários quilombos desde então, mas, não se tem, até hoje, o censo da população quilombola. Estimativas do movimento social apontam a existência de 3 a 5 mil comunidades quilombolas.

A partir dos anos 70, a questão quilombola foi recolocada no contexto nacional com a “descoberta das comunidades quilombolas”, graças, em grande parte, ao movimento negro contemporâneo e ao exercício intelectual de vários autores. Ao lado disso, é importante mencionar a mobilização política que culminou na publicação de um artigo das Disposições Transitórias (68), da Constituição de 1988, que dá direito à titulação das terras ocupadas.

Apesar de a Constituição Federal garantir aos remanescentes de quilombos o direito à propriedade de suas terras, somente 192 comunidades possuem este título, conforme dados da Comissão Pró-Índio, São Paulo.

A titulação é um procedimento importante, pois estabelece a extensão e os limites do território quilombola e dirime eventuais disputas sobre as terras ocupadas pelas comunidades. A indefinição quanto à regularização fundiária coloca os quilombolas em



situação de vulnerabilidade; dificulta o seu acesso a programas e políticas públicas e representa um entrave para a gestão sustentada dos territórios (ANDRADE 2011).

No Brasil, a Fundação Cultural Palmares, instituição pública, vinculada ao Ministério da Cultura, realiza várias atividades com comunidades quilombolas, dentre elas, formaliza a existência destas comunidades, assessorando-as juridicamente e desenvolvendo projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania, por essa instituição, mais de 1.500 comunidades espalhadas pelo território nacional já foram certificadas, dentre elas: 216 em Pernambuco, 68 na Paraíba e 64 no Ceará.

3.2. Comunidades Quilombolas do Nordeste e Sertão Pernambucano

Por volta do século XVI, o trabalho escravo chega ao Brasil, em decorrência do ciclo econômico da cana-de-açúcar no Recôncavo baiano e ao norte de Pernambuco, onde se incluem hoje os estados de Alagoas e Sergipe (ANJOS & CYPRIANO 2006). Assim como os africanos, os povos indígenas também foram escravizados, estima-se, que no século XVII havia mais de 30 mil pessoas nessas condições.

A região Nordeste foi onde se concentrou o maior número de quilombos existentes no Brasil, possuindo centenas de comunidades negras, cuja resistência cultural expressa características próprias de suas tradições festivas, manifestações religiosas e costumes.

As comunidades quilombolas mais antigas originaram-se principalmente de processos de fuga de negros e negros escravizados, provenientes de fazendas locais, mas também de regiões mais distantes, como o agreste meridional de Pernambuco e Alagoas. Um exemplo desse processo foi surgimento na região hoje localizada no estado de Alagoas do quilombo de Palmares, considerado como um dos principais símbolos de resistência à escravidão no Brasil.

O quilombo de Palmares chegou a ter aproximadamente 20.000 habitantes e conseguiu resistir durante sessenta anos ao cerco colonialista. Em 1695 foi massacrado pelas forças de Domingos Jorge Velho, mas continuou a existir como símbolo de ameaça para a elite. A partir dessa ameaça, temendo surgir um novo Palmares, os senhores de engenhos e autoridades intensificaram a vigia e a procura de escravos fugidos, mas, mesmo assim, outros quilombos surgiram nas primeiras décadas do século XIX, como o Catucá, localizado no estado de Pernambuco.

No processo de instalações em terras após as fugas, os negros e as negras eram acolhidos por indígenas, que com o passar dos tempos obtiveram relações de parentesco que persistem até hoje, caracterizando os quilombos da região do vale do São Francisco, do Sertão Central e de Itaparica (ARARIPE & NASCIMENTO 2008).

O início da territorialização das comunidades quilombolas do sertão de Pernambuco se relaciona fortemente com o contexto sociopolítico do período em que iniciou a formação



de cada uma das comunidades. Uma das motivações que levaram à territorialização dos locais de procedência de seus primeiros habitantes e as identidades étnicas dos grupos envolvidos, é a forte influência das mudanças políticas e econômicas do final do século XIX.

De acordo com Araripe & Nascimento (2008), essas comunidades, que surgiram a partir do final desse século, se originaram de fluxos migratórios que partiram de três situações: de comunidades quilombolas já existentes; de fazendas que mantinham o trabalho semiescravo, na condição de pessoas libertas; e da dispersão populacional do Arraial de Canudos. Nas três situações havia a presença de pessoas com ancestralidade branca, negra e indígena, o que explica a configuração pluriétnica encontrada em muitos dos quilombos na atualidade.

Muitas dessas pessoas conseguiram adquirir recursos resultantes da produção nos quilombos originais, como trabalhadores ou meeiros nas fazendas, o que possibilitou a formação de novas comunidades, com a compra de terras para moradia, cultivos de subsistência, coleta, caça, pesca e rituais sagrados.

Portanto, as comunidades remanescentes de quilombolas são formadas por grupos sociais cuja identidade étnica é detentora de um patrimônio cultural rico e valioso.



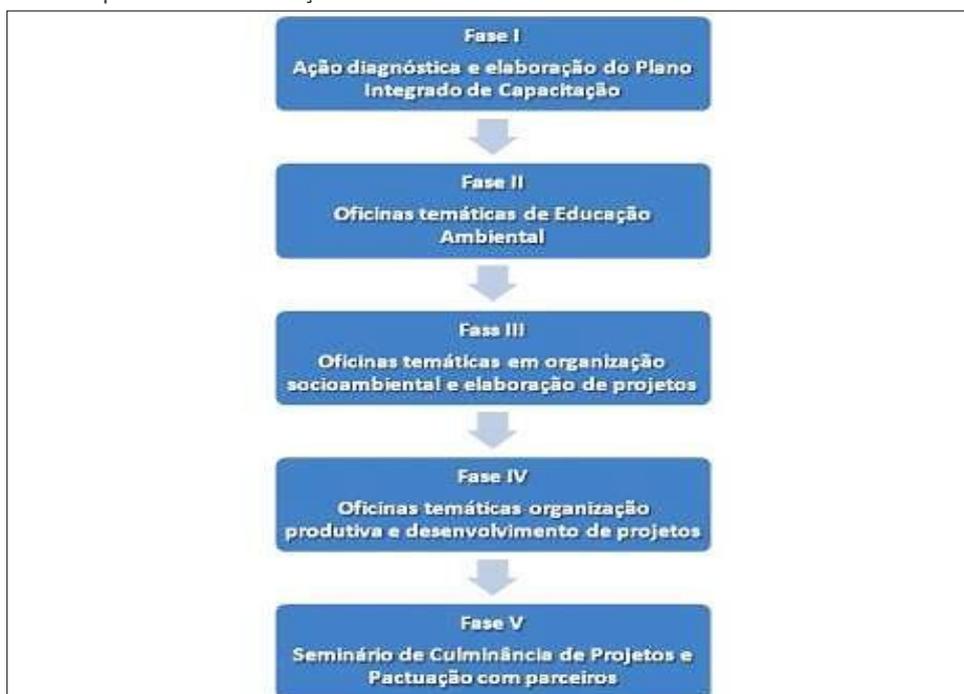
4. METODOLOGIA

O Diagnóstico Socioambiental Participativo de Comunidades Quilombolas do PISF é resultado de um processo dialógico e participativo, representando um conjunto de conceitos e informações que as comunidades podem se subsidiar para gerenciar com autonomia seu desenvolvimento e planejamento.

As comunidades que participaram deste processo podem analisar seu modo de vida e o conhecimento adquirido com o trabalho desenvolvido, colaborando assim para o fortalecimento no planejamento de ações estratégicas. Este trabalho baseou-se em processos de pesquisa, a partir das condições de vida das comunidades estudadas, com seus próprios conceitos e visões.

Desse modo, a metodologia utilizada nesse processo formativo, implementada para os comunitários das 12 (doze) comunidades quilombolas contempladas pelos programas ambientais do PISF, visou potencializar sujeitos e comunidades nos aspectos epistemológicos relacionados à educação ambiental, fortalecimento de instituições das comunidades, elaboração e encaminhamento de projetos socioprodutivos, identificação e estabelecimento de parcerias, contratos e convênios para implantação de empreendimentos, e foi estruturada em cinco fases, representada na figura a seguir:

Figura 01. Fases do processo de formação continuada



As cinco fases consistem num processo pedagógico, tendo em vista que contêm a intencionalidade de estimular as comunidades para a investigação, análise e avaliação de seus desafios e potencialidades, e, sobretudo, a valorização dos saberes já existentes,



bem como a apropriação de novos conhecimentos. Esta metodologia proporciona ainda à comunidade, a interpretação do que se define como um problema ou como o que é desejável, levando em consideração o que realmente significa qualidade de vida para o grupo envolvido.

4.1. Fase de Instrumentação

A oficina de mapeamento técnico para as comunidades quilombolas iniciou o levantamento *in loco* de dados, seguindo diretrizes de estudos realizados em mapeamentos territoriais socioambientais, como ação inicial e norteadora para o processo contínuo e posterior diagnóstico.

Esta fase do mapeamento caracterizou-se por uma metodologia participativa de pesquisa-ação, pautada na pedagogia *freireana* como ação descritiva e de empoderamento local, envolvendo o levantamento e a organização de informações sobre o histórico e a realidade socioambiental de cada comunidade que foi pesquisada.

Os participantes da oficina de mapeamento, divididos em oito grupos, construíram painéis (Anexo I) em que dispuseram as principais informações sobre a comunidade e, numa dinâmica de rotatividade com grupos menores, foi promovida a participação de todos sobre os dados contidos nos painéis. Os painéis apresentavam os seguintes eixos temáticos: 1) Nossas Águas e Usos; 2) Nosso Lixo; 3) Nossa Saúde; 4) Nossa Educação e Comunicação; 5) Nossa Cultura; 6) Nosso Meio Ambiente, Agricultura e Criação; 7) Nossos Movimentos Sociais; e 8) Nossos Arranjos Produtivos. Cada eixo possuía um espaço em branco para preenchimento das informações.

O mapeamento técnico desenvolveu-se em três momentos distintos, norteados por eixos temáticos descritos anteriormente, sendo eles: a valorização e identificação dos saberes prévios, a socialização de conceitos e análise, e atividade de alternância para os comunitários, a partir da apresentação de um questionário socioeconômico.

A fase caracterizada pela cartografia social, e sua consequente produção de mapas sociais, buscou levantar conhecimentos e entendimentos dessas comunidades como protagonistas da ação e suas diversas relações com o meio em que vivem, expressadas em desenhos simbólicos.

Os mapas produzidos representam um processo de expressão e descrição coletiva dos atributos que melhor refletem um território, ou paisagem, em função do conjunto de fragilidades e potencialidades locais. De modo simplificado, os mapas simbolizam uma 'fotografia' do momento que a comunidade vive, com a vantagem de registrar elementos surreais e sua dinâmica de transformação e com o único critério de obedecer ao que realmente é representativo, relevante a todo o grupo. Todos participam de forma



igualitária, jovens, crianças, idosos, analfabetos, lideranças, propiciando o olhar comum, que é a prioridade desta metodologia.

Os atributos/características de composição desses mapas podem ser trazidos tanto pela equipe técnica de pesquisadores quanto pelos componentes da própria comunidade. O caráter participativo desse processo se fortalece a partir do momento em que os participantes são, simultaneamente, autores e atores das percepções a respeito do território em que se inserem.

A metodologia de cartografia social que tem como principal produto os mapas sociais visa levantar aspectos relacionados à: Identidade e história da comunidade; Elementos simbólicos e afetivos do local; Conhecimentos, economia e produção local; Significado e entendimento das palavras-chave do processo de planejamento participativo; e mapa da comunidade contendo limites geográficos. As ideias locais sobre qualidade de vida inevitavelmente são expressas nessas cartas.

Para a construção de mapas sociais, é fundamental conhecer a história humana do território. Por isso, é importante estimular a memória dos comunitários para que resultados satisfatórios relativos aos valores materiais e imateriais desses grupos sejam obtidos. Neste momento, faz-se também o resgate histórico da fase de mapeamento técnico, enriquecido com relatos dos moradores e desenhos apontados nos mapas.

Após as duas fases do mapeamento, técnico e social, como atividade de alternância, foi realizada pesquisa socioeconômica a partir dos questionários aplicados aos moradores envolvidos, conforme descrito na fase de mapeamento técnico. O questionário abordou questões específicas, referentes aos temas: perfil socioeconômico, organização social, infraestrutura, saúde, educação e comunicação.

Após a aplicação do questionário em forma de entrevista, realizada pelos próprios moradores com outros que não participaram das oficinas anteriores e buscando envolver todas as famílias da comunidade, foram realizadas as Oficinas de Devolutiva, que tiveram como principal objetivo compartilhar as informações coletadas e produtos gerados durante as oficinas anteriores. Na oficina também foram apresentadas as propostas de capacitação dos Programas de Educação Ambiental e de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Anexo II - Plano Integrado de Capacitação de Comunidades Quilombolas), para validação dos temas selecionados para a intervenção.

Os dados identificados durante as atividades diagnósticas foram apresentados para todo o grupo, a fim de corrigir e/ou complementar as informações que iriam compor o documento diagnóstico, e incentivando que o material possa servir de instrumento para gestão e referencial bibliográfico da comunidade. Como encerramento da atividade possibilitou-se também aos comunitários validar as informações em ata de reunião.



4.1.1. Público-Alvo

Comunidade quilombolas do Sertão Pernambucano, sendo elas: Araçá, Juazeiro Grande, Pedra Branca, Queimadas, Serra do Talhado e Sítio Feijão/Posse, localizadas no município de Mirandiba, Conceição das Crioulas, Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha e Sítio Santana, no município de Salgueiro e Cruz dos Riachos, Jatobá II e Fazenda Santana, no município de Cabrobó.

4.1.2. Métodos e Técnicas de Obtenção dos Dados

Malhotra (2006) conceitua pesquisa qualitativa como uma “metodologia de pesquisa não estruturada e exploratória, baseada em pequenas amostras que proporcionam percepções e compreensão do contexto do problema” e a pesquisa quantitativa como “metodologia que procura quantificar os dados e, geralmente, aplica alguma forma de análise estatística”.

Assim, a pesquisa realizada nas comunidades quilombolas em questão apresenta-se como quantitativa e qualitativa, pois os propósitos não podem ser alcançados por uma única base metodológica. A riqueza e a diversidade de informações relevantes, e principalmente, a singularidade da dinâmica populacional que exigem um estudo mais abrangente e criterioso.

O estudo, como citado anteriormente, foi subsidiado em dados coletados por mapeamento técnico e produção de mapas sociais, porém o instrumento mais prático para realização da pesquisa foi apresentado na forma de questionário socioeconômico, proposto com o objetivo de aperfeiçoar e quantificar os dados coletados em campo, sistematizar as informações de forma homogênea e verificar a possibilidade de replicação pelo grupo, caracterizando-se por fácil aplicação dos próprios comunitários.

O referido questionário possui inúmeras vantagens para composição do processo de diagnóstico. Entre elas, garante o anonimato, quando necessário, possui questões objetivas e de fácil aplicação, oferece tempo hábil para o preenchimento das respostas, facilidade de conversão dos dados para arquivos digitais, uniformidade com a padronização de questões e baixo custo na produção.

Um questionário, segundo Gil (1999), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Como a pesquisa possui um caráter empírico, esse instrumento permite a coleta de dados a partir da realidade local, e ainda, pela simplicidade da maioria das questões, alcança até mesmo moradores que não sabem ler ou escrever, com o auxílio de pessoas da comunidade que respondem ao mesmo questionário.



4.2. Fase de Interpretação das Informações

Após a realização de oficinas de mapeamento técnico e mapa social, e consequente atividade de alternância a partir da aplicação dos questionários por moradores das comunidades, os dados foram recolhidos e compilados, gerando gráficos quantitativos após análise e obedecendo a critérios estabelecidos previamente.

A análise das informações coletadas nas oficinas mapeamento técnico e mapa social e nos questionários aplicados foram sistematizadas e socializadas em oficinas de devolutiva para validação destas informações pelos comunitários.

Após a validação das informações contidas no painel produzido no mapeamento técnico, os gráficos gerados a partir do questionário socioeconômico foram expostos à comunidade, visando a confirmação de que retratam a realidade local, bem como para o apontamento de potencialidades para a gestão comunitária autossuficiente. As informações complementam-se, pois aludem à espacialização do seu território, seus aspectos históricos, simbólicos e culturais. Os mapas sociais também corroboram os dados levantados no painel, pois representam a configuração espacial destas comunidades em forma de desenhos, com ênfase aos símbolos mais relevantes.

Na oportunidade, foram apresentados às comunidades quilombolas os aspectos do Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas, documento referente ao Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto Básico Ambiental do PISF.

O Plano foi elaborado de forma integrada representando a inter-relação entre os Programas de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, de Comunicação Social e de Educação Ambiental do PISF. Seu principal objetivo é fornecer elementos que promovam a autonomia dessas comunidades, seu desenvolvimento e organização socioeconômica e ambiental e, prioritariamente, o fortalecimento das relações de interdependência intrínsecas a essas comunidades tradicionais.

O Plano expressa a continuidade do processo de formação, priorizando a continuidade das ações executadas durante a fase diagnóstica e que, de forma linear, estabelece a perspectiva de estabelecimento de parcerias, elaboração e gestão de projetos, necessariamente relacionados às questões socioprodutivas.

Este Diagnóstico subsidiou a elaboração do Plano, com informações e relatos coletados durante as fases de Mapeamento Técnico, Mapeamento Social e de Devolutiva. Nessas etapas foram consideradas, principalmente, as necessidades das comunidades quanto aos seus anseios para a realização de oficinas de formação: temas relevantes ao desenvolvimento local, potencialidades e fragilidades da dinâmica populacional e



prováveis desafios para a mobilização e organização comunitária visando à promoção de novas atividades.

Sendo assim, o Plano foi idealizado para propor um conjunto de capacitações prioritárias no contexto do PISF visando o desenvolvimento dessas comunidades, por meio de oficinas temáticas, que valorizem os saberes tradicionais de cada uma separadamente, pois suas diferenças implicam em ações também distintas. E ainda, como fomento ao planejamento de novas ações organizacionais, o Plano pode subsidiar a elaboração de futuros planos de ação locais, pois é sustentado pelas necessidades identificadas pelos próprios comunitários.

Como proposta de intervenção, estas atividades estabelecem um acordo entre as comunidades e instituições envolvidas para a continuidade e eficiência do processo formativo.



5. ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS

O processo normativo dos direitos quilombolas vem se efetivando desde a década de 1980, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988. O Artigo 68, do Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios, dispõe:

“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecido à propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.”

No momento em que o Estado reconhece um grupo como remanescente de quilombo fixa uma identidade não só política, administrativa e legal, mas também uma identidade social, permitindo assim direito a uma identificação étnica, que é veículo de obtenção de direitos diferenciados. Desse modo, esse artigo instituiu um novo sujeito social e político etnicamente diferenciado a partir dos direitos.

Apesar dos preceitos legais apresentados na Carta Magna, durante a década de 1990, o processo formal ainda se encontrava indefinido, promovendo-se uma série de iniciativas isoladas de regularização dos territórios quilombolas, ora conduzidas pela Fundação Cultural Palmares, ora pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ora pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou ainda pelos Institutos de terra dos Estados.

Algumas tentativas de sistematização da condução do processo foram feitas, como o Decreto 3.912 de 10.01.2001, controverso dentre outros aspectos, por restringir a propriedade quilombola à questão temporal de permanência na terra: só poderiam pleitear o reconhecimento étnico e a regularização fundiária dos territórios ocupados por quilombos em 1888 e que permaneciam nos locais remanescentes das comunidades dos quilombos em 05 de outubro de 1988. Esta disposição desconsidera o dinamismo cultural, as rotas de fuga e fluxos migratórios dessas populações, cuja mobilidade teve motivações diversas nas diferentes regiões do país.

Os relatos contidos neste diagnóstico, por exemplo, revelam movimentos migratórios por motivos distintos, que se referem tanto a mudanças políticas e econômicas na região, como a busca de locais com fatores ambientais favoráveis. E, ainda, esse decreto não contemplava os quilombos urbanos.

Em 20 de novembro de 2003, é publicado o Decreto 4.887, que revogou o Decreto nº 3.912, de 10 de janeiro de 2001, e regulamenta os órgãos responsáveis pela titulação dos territórios quilombolas, atribuindo ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do INCRA, o papel de órgão executor, cujas diretrizes são definidas pela Instrução Normativa RFB nº 16, envolvendo a implementação de ações de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinversão, titulação e registro das terras tradicionalmente ocupadas por comunidades quilombolas, ações essas incorporadas ao



Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que prevê processos participativos e gestão específica para essas comunidades.

O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, refere-se ao conceito e à identificação étnico-quilombola. Prevê a autoatribuição como elemento fundamental do reconhecimento, segundo a trajetória histórica própria do grupo que é dotada de relações territoriais específicas. Neste sentido, os conceitos e concepções sobre comunidades remanescentes de quilombos devem ser desvinculados da ideia de quilombo como local de “negros escravos fugidos”.

Considerando os diferentes processos de territorialização, bem como a diversidade de organização social e política dessas comunidades, adotaremos a definição apresentada na publicação ‘Sertão Quilombola, A Formação dos Quilombos no Sertão Pernambucano’ (ARARIPE & NASCIMENTO 2008) que, de maneira sucinta, conceitua as comunidades quilombolas como “grupos étnicos que assim se auto-identificam e que se mobilizam politicamente em torno de demandas comuns e diferenciadas do conjunto da sociedade nacional, especialmente o direito ao território que tradicionalmente o ocupam e que está na base da sustentação da sua etnicidade.”.

Com base nessa definição, este diagnóstico apresenta compreensões a partir de relatos dos moradores de 12 (doze) comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano supramencionadas. Frequentemente, as informações referentes às origens das comunidades, o histórico de ocupação, as percepções territoriais, as relações de sociabilidade e de parentesco, que se mantêm até hoje, inter-relacionam as comunidades pesquisadas tecendo diferentes histórias.

Percebe-se o quanto elas se complementam seja por meio dos laços familiares e/ ou pela luta de resistência na região. A seguir é apresentado o diagnóstico realizado na comunidade de Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha, localizada no município de Salgueiro, estado de Pernambuco.



6. COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CONTENDAS/TAMBORIL DO PADRE/CACIMBA VELHA

6.1. Resultados da Memória Coletiva

6.1.1. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Técnico

A fase de mapeamento técnico dirigido à comunidade quilombola de Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha propiciou o levantamento e análise de informações categorizadas por eixos e qualificação dos atores locais para a percepção dos conhecimentos técnicos levantados, fortalecendo assim o protagonismo e a perspectiva de planejamento e organização locais.

Este momento possibilitou, de forma dialógica, promover a articulação e a participação de moradores da comunidade e suas diferentes formas de organização, visando o levantamento de informações relevantes à comunidade, e que subsidiará a construção de um planejamento para futuras ações. Esta metodologia presente na fase inicial do processo de diagnóstico está pautada nesta característica de construção coletiva, permeada por um processo de ensino-aprendizagem contínuo, garantido pela pedagogia da alternância, que fortalece este processo com atividades práticas que fornecem subsídios para as fases subsequentes.

A metodologia utilizada no mapeamento técnico procura fortalecer a participação do indivíduo e sua representatividade dentro de sua comunidade, a fim de que possa se compreender os conhecimentos adquiridos e utilizá-los em prol de melhorias na qualidade de vida local.

Os participantes foram convidados a construir um painel coletivo, que giram em circuito para que todos contribuam com informações nos oito eixos temáticos sugeridos:

- 1 - Nossas Águas e Usos;
- 2 - Nosso Lixo;
- 3 - Nossa Saúde;
- 4 - Nossa Educação e Cultura;
- 5 - Nossa Comunicação;
- 6 - Nosso Meio Ambiente;
- 7 - Nossos Movimentos Sociais e Instituições Parceiras; e
- 8 - Nossos Arranjos Produtivos.

Em cada eixo foi escolhido um relator para o grupo, que fez as anotações numa folha de papel pardo dividida nos seguintes quadrantes: Existe, Facilita e Dificulta. Assim, cada grupo teve a possibilidade de discutir os aspectos relevantes, do que existe em sua comunidade dentro de cada eixo; suas potencialidades representadas pelo que facilita, e



seus desafios rumo ao desenvolvimento comunitário que se pretende construir, representado pelo que dificulta. Como não são expostas perguntas norteadoras neste momento, permite-se que os participantes tenham reflexões livres relativas aos eixos específicos, considerando os saberes tradicionais articulados aos saberes comuns sobre os aspectos em questão.

A seguir, o painel elaborado na comunidade Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha:

Quadro 01. Painel rotativo como resultado da construção coletiva - Comunidade Quilombola Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha.

Nossas Águas e Usos		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Rio, córrego, água de adutora, açude, água encanada.</i>	<i>"Porque a água vem bem tratada", agricultura familiar.</i>	<i>Falta água: "às vezes passa vários dias sem ter", tubulação muito fina: "às vezes ficamos quase sem água", no verão os açudes secam "nossos animais passam muita sede", plantação de horta para o consumo, falta de contribuição da prefeitura e do sindicato rural.</i>
Nosso Lixo		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Muito lixo jogado no meio ambiente, lixo é destruído no tempo, muito lixo na comunidade, lixo queimado, queimada de lixo causando doenças.</i>	<i>Coleta de lixo, um depósito, oficina de reciclagem, a limpeza.</i>	<i>Não existe um carro para coletar o lixo, "nem todos fazem a sua parte", "não ter reciclagem e reaproveitamento do lixo", "está tomando de conta do meio ambiente".</i>
Nossa Saúde		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Agente de saúde, medicamentos aos pacientes diabéticos, atendimento das gestantes e crianças, FUNASA, pastoral da criança.</i>	<i>Visitas do médico à comunidade para o tratamento das pessoas, para a saúde das crianças e das gestantes, visita do médico a cada 15 dias, aquisição de ambulância e instalação de orelhão para facilitar a comunicação em caso de emergência, recursos materiais, dedetização das casas para a eliminação do barbeiro e substituição das casas de taipa por alvenaria, vacinação de animais.</i>	<i>Falta de posto de saúde, de atendimento médico de equipamentos para a realização de exames, "visita do médico só é realizada uma vez por mês", não existe serviço ou vigilância sanitária para vacinação de cachorros e outros animais, falta ação para eliminar barbeiro, falta saber em que estão sendo aplicados os 40% a mais da verba Quilombola, falta materiais e parcerias.</i>
Nosso Meio Ambiente		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Árvores, animais, água, Caatinga, ar puro, ser humano, açudes, lixo, poluição, nosso território/moradia.</i>	<i>Bem-estar, área preservada, vegetação, pasto, a terra, projetos, "a terra que é nossa", preservação, "falta de ar poluído", cobrir o solo com vegetação.</i>	<i>Cortar madeira, exploração da Caatinga, queimada, fiscalização por meio do CPRH, falta de conscientização, poluição, "mais conscientização por parte do governo federal e estadual e de cada um de nós", solo com muito sal, falta de disposição de cada um.</i>



Nossa Educação e Cultura		
Existe	Facilita	Dificulta
<p><i>Escola Joana Maria de Jesus, PETI, Capoeira, coral católico, movimentos católicos, artesanês, esportes.</i></p>	<p><i>O prédio, o recurso com recompensa de 40% a mais por ser área Quilombola, ter professores da comunidade, pessoas práticas na comunidade, disponibilidade dos jovens e a disponibilidade de receber capacitação em todas as áreas.</i></p>	<p><i>Falta de professores capacitados na comunidade e a escola ser multisseriada e no momento tá desativada, a remuneração do professor que faz seu papel, o de merendeiro e ainda de coordenador, falta de professor e material, falta de formação profissional dentro da comunidade, falta de estrutura "prédio", material de trabalho, capacitações, falta mais funcionário e o compromisso dos pais em colocar os filhos na escola da comunidade, falta espaço para práticas.</i></p>
NOSSA COMUNICAÇÃO		
Existe	Facilita	Dificulta
<p><i>Meios de comunicação, celular, rádio, televisão, boca a boca, programa de rádio do sindicato rural.</i></p>	<p><i>Funcionamento de energia regular facilitando a informação chegar mais através de rádio e celular, instalação de um orelhão, instalação de antena para facilitar o sinal do celular.</i></p>	<p><i>Falta de energia, sinal ruim, falta de telefone fixo, falta de orelhão e a longa distância.</i></p>
NOSSOS MOVIMENTOS SOCIAIS E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS		
Existe	Facilita	Dificulta
<p><i>Associação, o terço dos homens, a prefeitura, o IPA, o sindicato rural, o coral, a pastoral das crianças, o terço das mulheres, existe escola mais está fechada, a FUNASA e as festas culturais.</i></p>	<p><i>A sede da associação, a união do grupo, ter onde se reunir a vinda do médico, a vinda de benefício.</i></p>	<p><i>Falta de um trator, de uma máquina de debulhar feijão, poço artesiano para irrigar água, energia para trabalhar nas roças, financiamento para a agricultura familiar, dificuldade de técnicas agrícolas, telefone fixo, o terço das mulheres se reunir mais, a organização da pastoral das crianças e a prefeitura fornecer uma ambulância.</i></p>
NOSSOS ARRANJOS PRODUTIVOS		
Existe	Facilita	Dificulta
<p><i>Plantação de milho, feijão, arroz, artesanato, louça, criação de animais, costureiras, animais de arado, máquina de pulveriza.</i></p>	<p><i>Os trabalhadores gostam do trabalho, área de trabalho para a agricultura, capacitação nestas áreas, banco de sementes equipado com máquinas para seleção de sementes e a venda da carne das criações.</i></p>	<p><i>Falta de irrigação, espaço para colocar o que é produzido, no artesanato falta geração de renda, falta de investimento dos governos principalmente municipal, falta de recurso para o artesanato, a união e a falta de vontade das pessoas para o artesanato.</i></p>

6.1.2. Fase de Interpretação das Informações do Mapeamento Técnico

O painel sugerido como ferramenta para o mapeamento técnico propiciou a identificação de elementos que são prioritários à comunidade, obedecendo a eixos temáticos ou elementos que são determinantes ao desenvolvimento local de qualquer grupo social. Os itens 'Existe', 'Facilita' e 'Dificulta' expressos no painel permitem a identificação objetiva da composição do grupo em questão e suas relações com seu território, com ênfase aos recursos humanos e materiais existentes (Existe), potencialidades (Facilita) e fragilidades (Dificulta).



Este tipo de abordagem de pesquisa também promove a participação coletiva, com o grupo maior de participantes dividido em oito grupos menores, seguindo a ordenação dos eixos temáticos. O painel transitou por todos os pequenos grupos, possibilitando, assim, que todos os participantes contribuíssem com informações pertinentes relativas a cada um dos eixos temáticos.

Além do painel, relatos dos moradores foram sistematizados em relatórios técnicos da atividade e auxiliaram na análise e interpretação dos dados descritos no painel.

Nossas Águas e Usos

Os moradores de Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha relatam que a principal luta está relacionada à escassez de água, que sempre limitou as atividades produtivas e sociais do grupo. Mesmo com assistência do município, pelas adutoras provenientes do município de Cabrobó por meio da Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA, a comunidade continua enfrentando problemas com a escassez deste recurso.

Nosso Lixo

A comunidade afirma que não há coleta de resíduos por parte do município, e que estes geralmente são queimados ou enterrados, independentes do tipo de resíduo gerado, prática que é adotada tradicionalmente. Admitem, porém, que este tipo de comportamento individual e até mesmo coletivo compromete o meio em que vivem e seus recursos, e que a coleta municipal frequente apenas amenizaria o problema, possibilitando um destino adequado aos resíduos, mas que o problema é de origem estritamente comportamental, desde o consumo até a destinação correta.

Nossa Saúde

A carência de estruturas e serviços de saúde é a principal limitação identificada neste eixo pelos comunitários. Reconhecem também que poderia haver mais parcerias com órgãos competentes e políticas voltadas à prevenção, seja à saúde humana ou animal. O Agente Comunitário de Saúde e o Agente de Combate às Endemias são vistos como os profissionais de saúde mais próximos e mais atuantes, seguindo uma dinâmica natural de políticas voltadas ao meio rural. Logo, esses profissionais representam uma base sólida para ações voltadas à saúde da comunidade, e estabelecem uma relação sólida de confiança. A FUNASA e a Pastoral da Criança são citadas como os principais parceiros na saúde local.



Nosso Meio Ambiente

Os moradores reconhecem que o estágio de degradação ambiental que a comunidade apresenta é avançado e que o modelo de desenvolvimento adotado historicamente não permite a preservação dos recursos naturais existentes, contribuindo para sua escassez e até mesmo o esgotamento definitivo. Segundo os próprios moradores, a falta de conscientização e iniciativa deles frente à realidade e disposição dos recursos contribui para o agravamento dos impactos decorrentes deste processo.

Nossa Educação e Cultura

A respeito da educação e cultura locais, os comunitários destacam a ausência de pessoas com este tipo de formação ou aptidão na comunidade, e a formação adequada dos comunitários para melhorar a educação local e propagar a cultura de forma mais contundente. Também citam a ausência de uma estrutura física adequada, pois a escola da comunidade foi desativada temporariamente pelo município por ausência de corpo docente e formação de turmas suficientes. Solicitam também um maior comprometimento da comunidade em promover a ativação da escola local, a partir de reuniões da Associação e encontros com o gestor municipal, o que configuraria uma demanda ao município. Além disso, citam que a comunidade não possui também um espaço físico para realização de atividades culturais e pedagógicas, comprometendo a integração comunitária e disseminação da cultura aos mais jovens. A sede da Associação é o único espaço utilizado para eventuais encontros e atividades.

Nossa Comunicação

A comunidade lamenta a ausência de estrutura tecnológica voltada aos meios de comunicação, como torres de telefonia e telefones públicos. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro é um parceiro na questão, pois sua rádio constitui-se como um dos meios mais propagados no local. A comunicação 'de boca em boca' ainda é considerada a forma mais eficiente de se expressar, seguida pelo uso de aparelhos eletrônicos como o telefone celular, o rádio e a televisão.

Nossos Movimentos Sociais e Instituições Parceiras

O trabalho e a articulação da comunidade com outras é fortalecido por parcerias com instituições e órgãos, especialmente governamentais, como o Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA, a Prefeitura Municipal de Salgueiro e a FUNASA. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais também é citado como importante parceiro. As necessidades são prioritariamente voltadas a projetos de financiamento e construção de estruturas físicas,



e os moradores reconhecem a necessidade de assistência técnica para fortalecimento da mão de obra local.

Nossos Arranjos Produtivos

Neste eixo, foram identificadas novamente os limites territoriais e a escassez de água como fatores limitantes. A comunidade é essencialmente agrícola, e ambiciona pequenos projetos voltados à irrigação das culturas produzidas, como forma de amenizar os problemas relacionados aos longos períodos de estiagem. Os moradores reivindicam ao governo municipal maior participação nas atividades produtivas, como capacitações e financiamento de maquinário agrícola. Ressaltam o potencial dos moradores na produção agropecuária, desde a origem até sua identificação com o meio, e acreditam que podem se desenvolver a partir destas atividades primárias, necessitando de investimento e aperfeiçoamento de técnicas para aumento das produções.



Foto 01: Detalhe da comunidade quilombola de Contendas em oficina pedagógica.

6.2. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Social

A oficina de mapeamento social e sua consequente elaboração de mapas buscou levantar e socializar conhecimentos e compreensões do grupo participante da ação, sobre sua vida e sua região. Os mapas sociais elaborados pelo grupo são produtos de um processo minucioso de análise socioambiental do ambiente em que estão inseridos, onde os valores materiais e imateriais comuns a todos são identificados e expressos na forma de desenho, elementos essenciais na configuração de um território.

O mapa social atua na perspectiva do olhar comum, coletivo, sobreposto aos anseios e desejos de um grupo social. É uma representação subjetiva dos processos de ocupação de uma área e das redes de inter-relações que se criaram sob esse ambiente ao longo do tempo. O território quilombola se difere dos demais não pelas características físicas



deste, mas pelos sinais históricos e culturais ali presentes, sendo a reprodução cultural e o resgate histórico as principais características que o torna um ambiente único.

Nos mapas sociais desenhados pela comunidade de Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha pode-se observar que um cruzeiro foi simbolicamente representado pelos moradores como o mais significativo símbolo da comunidade, as moradias próximas aos açudes, a principal lagoa e sua barragem, áreas de cultivo de milho e feijão e a área de reserva legal. Os limites do território também são apontados nos dois mapas elaborados separadamente, como representado nas imagens a seguir:



Foto 02. Mapa social do território da comunidade construído durante a Oficina de Mapeamento Social.



Foto 03. Outro mapa elaborado durante a Oficina.

6.2.1. Fase de Interpretação das informações do Mapeamento Social

Os mapas produzidos pelos grupos não possuem diferenças significativas, pois permeiam os processos produtivos diretamente dependentes da oferta hídrica no local, a organização coletiva peculiar à comunidade, os limites territoriais e a necessidade de estruturas sociais básicas, relacionadas principalmente à produção, saúde e educação. Observa-se que os recursos naturais, que sempre foram escassos, são de fundamental importância na configuração do território, representando algo que a comunidade considera não possuir mais, e sua conservação já é vista como forma de reorganização no socioambiente.

6.3. Memória Coletiva da Oficina de Devolutiva

Na ocasião, foi destacada a relevância da atividade para a confirmação da veracidade das informações fornecidas, e o consequente autoconhecimento da comunidade para ações futuras dos Programas de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas e de Educação Ambiental.

Dados coletados durante as fases de mapeamento técnico, mapeamento social e questionário socioambiental foram novamente socializados, como forma de estimular o grupo a refletir sobre os produtos finais elaborados. Os eixos temáticos do mapeamento



técnico foram priorizados recebendo maior destaque, por possuírem um número maior de informações.

Os gráficos gerados através do questionário socioeconômico também foram socializados em projeção audiovisual, assim como os mapas sociais elaborados, reafirmando as informações do mapeamento técnico e assim eliminando uma possível fragilidade deste tipo de pesquisa, quando se distancia da equipe de pesquisadores como atividade de alternância. Os membros da comunidade validaram as informações referentes a estas fases do mapeamento.

Apresentou-se então a proposta de capacitações do Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas, referente ao Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, do Projeto Básico Ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, para validação dos temas selecionados para a intervenção. Não houve ressalvas quanto à proposta de capacitações do Plano, validada de forma unânime pelo grupo, conforme segue:

- Oficina de Associativismo e Cooperativismo;
- Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos Socioprodutivos;
- Oficina de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- Oficina de Agricultura Orgânica e Agrofloresta;
- Oficina de Reflorestamento, Implantação e Gestão de Viveiros;
- Oficina de Beneficiamento de Frutas Nativas da Caatinga;
- Oficina de Artesanato;
- Oficina de Apicultura;
- Oficina de Criação de Animais de Pequeno e Médio Porte;
- Oficina de Comercialização e Divulgação e Produtos.

6.4. Pesquisa Socioeconômica

A partir da aplicação e recolhimento dos questionários, os dados referentes foram sistematizados em textos e gráficos, conforme a objetividade ou subjetividade de cada questão. Dados referentes à população, educação, fonte de renda e arranjos produtivos estão expressos, além da contextualização, na forma de gráficos. A análise dos dados obtidos foi realizada tanto nos aspectos quantitativos como qualitativos, confrontando-os com relatos dos moradores registrados durante as oficinas realizadas.

6.4.1. Aspectos Socioeconômicos da Comunidade

Localização e Origem da Comunidade

A comunidade quilombola Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha localiza-se no município de Salgueiro, estado de Pernambuco, distante 24 quilômetros da sede do



município, e a 05 quilômetros do distrito de Umãs. Seu acesso é pela rodovia federal BR – 232, e pela rodovia estadual que dá acesso a Umãs. A comunidade é formada pelos povoados Contendas, Cacimba Velha e Tamboril do Padre, mas os próprios moradores a denominam como Contendas, pois o Sítio Contendas é o que abriga o maior número de famílias. A rodovia que dá acesso ao distrito de Umãs divide o território da comunidade praticamente ao meio, separando o povoado de Tamboril do Padre dos povoados de Contendas e Cacimba Velha. A seguir, imagens que representam parte da configuração da comunidade:



Foto 04. Vista parcial do Sítio Contendas.



Foto 05. Vista do núcleo central do Sítio Tamboril do Padre.

O fundador da comunidade, José Simião dos Reis, foi acolhido com três anos de idade por um morador da Fazenda Tamboril, um negro chamado Chico Batista. José Simião, também chamado de Pai Nanão, nasceu em Tamboril mas possuía muitos familiares no sítio vizinho, Contendas. Quando se mudou para Contendas, já havia famílias de brancos morando no lugar. Muitos relatam que as relações de compadrio entre brancos e negros na comunidade surgiram a partir dos negros descendentes de Simião e dos brancos que já habitavam o lugar. Porém, os moradores ressaltam que a comunidade sempre foi dividida entre negros e brancos e que as famílias aos poucos foram se misturando. Devido às condições precárias de vida na região, muitas famílias migraram, restando apenas três casas.

O nome Contendas originou-se dos conflitos que existiam entre os fazendeiros donos dessas terras, com disputas pelo território aproximadamente no final do século XIX.

No ano de 1890 chegara a Contendas o primeiro quilombola que, foi de uma família de viajantes que iam passando pela “fazenda” e pediram comida e dormida ao fazendeiro. No outro dia, ao sair, o fazendeiro pediu para ficar com a criança do casal para criar, os pais então deram o filho Simeão, pois não tinham condições de criá-lo. Assim começa a história da comunidade como Simeão



sendo o primeiro quilombola da comunidade. (Morador de Contendas)

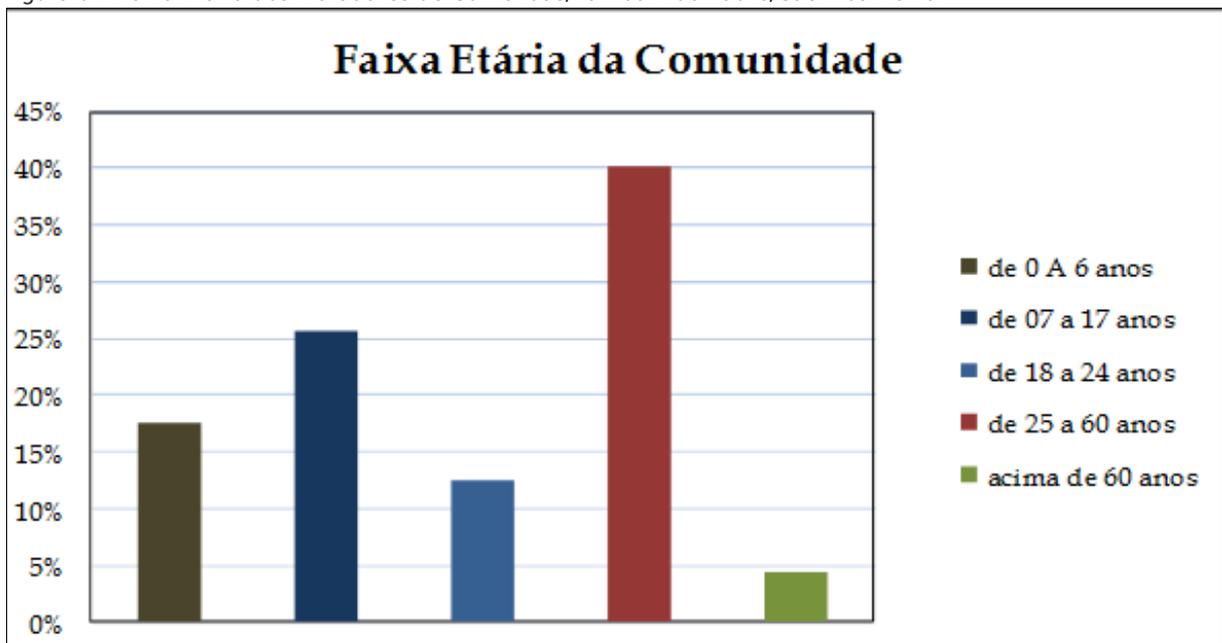
José Simeão dos Reis viveu por muitos anos, faleceu aos 101 anos de idade, sendo o descendente mais velho da comunidade. João Parente era o proprietário das terras Cacimba Velha e Contendas. O padre Ciziane Callou era o único dono das terras de Tamboril do Padre, por isso a origem do nome.

População

Atualmente vive na comunidade um número aproximado de 51 famílias. Em 2008, a maioria das casas da comunidade que antes eram de taipa, foram substituídas por casas de alvenaria a partir de um programa desenvolvido pelo Ministério da Integração Nacional – MI em parceria com a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. Com a construção das casas, ocorreu um ordenamento natural, com um número menor de pessoas por domicílio e um maior espaçamento entre as casas.

Ao analisar a faixa etária dos integrantes da comunidade verificou-se que há predominância de pessoas entre os 25 e 60 anos, representando 40% do total, e com menor percentual pessoas idosas acima de 60 anos, representando 4% da população de Contendas. A seguir, apresenta-se o gráfico de faixa etária da comunidade:

Figura 02. Faixa Etária dos Moradores de Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha.



Educação

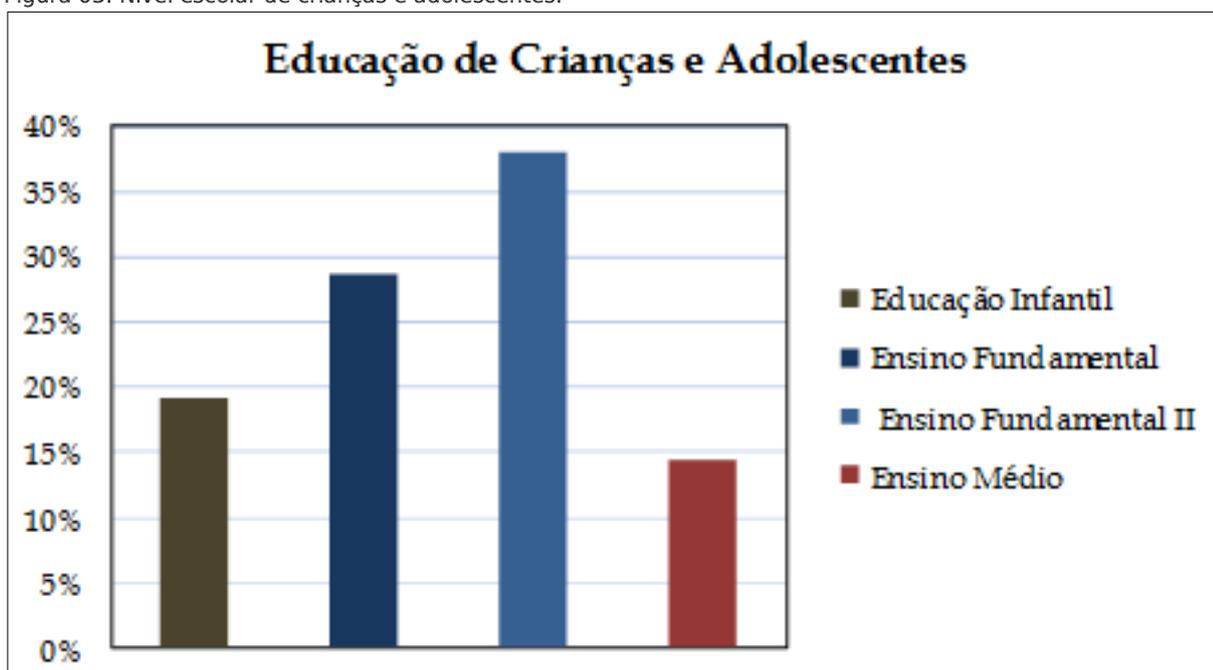
Em um total de 42 crianças e adolescentes, foi verificado que existe uma maior ocorrência de matrículas nos ensinos fundamentais I e II, com 16 e 12 alunos,



respectivamente. Quanto aos adultos, a maioria cursa o ensino fundamental I. Os estudantes são transportados por um ônibus da Prefeitura Municipal de Salgueiro.

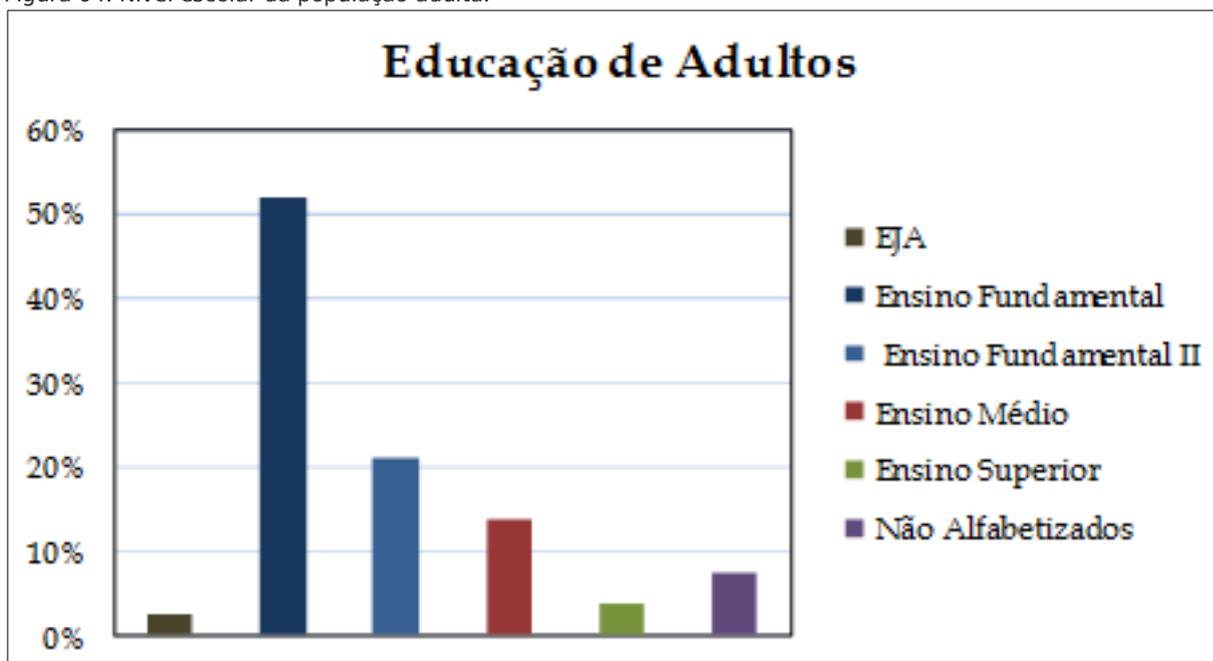
O prédio da Escola Municipal Joana Maria de Jesus, em Contendas, onde funcionava o ensino fundamental está desativado. Os gráficos relacionados à educação na comunidade estão representados abaixo:

Figura 03. Nível escolar de crianças e adolescentes.



A seguir, gráfico referente à educação da população adulta da comunidade:

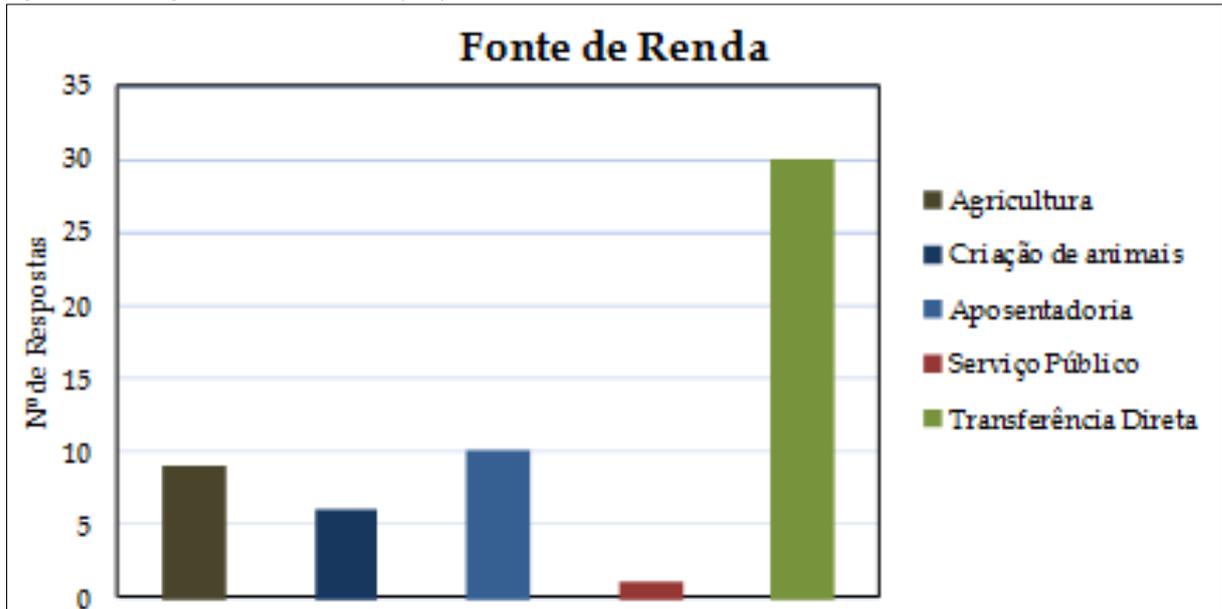
Figura 04. Nível escolar da população adulta.



Fonte de Renda

Em Contendas, uma pequena parte dos moradores depende diretamente da agricultura e/ou da criação de animais. De acordo com dados obtidos pela aplicação do questionário, 45% das famílias tem renda de até R\$ 500,00; 36% entre R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00, e 18% com renda entre R\$ 1.001,00 a R\$ 1.500,00. A seguir, o gráfico que representa os tipos de fonte de renda da comunidade:

Figura 05. Categorias de atividades que promovem fonte de renda.



A principal fonte de renda da comunidade provém de programas assistenciais do governo como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, o Garantia-Safra, o Bolsa Família e também da aposentadoria de muitos moradores. Com base em informações tabuladas do questionário, apenas 20% praticam a agricultura, 14% criam animais, e 68% tem os programas de transferência direta como a principal fonte de renda.

Manifestações Culturais

As festas mais celebradas na comunidade são as novenas religiosas, que acontecem durante todo o ano, o São João, no mês de junho, a Renovação do Coração de Jesus, que também ocorre durante todo o ano e sempre se alternando nas casas das famílias, os festejos no distrito de Umãs, festejos em Salgueiro, e festas de aniversário de moradores da comunidade.

O maior símbolo da comunidade é um cruzeiro construído em 1978, como pagamento de uma promessa feita pelo senhor Domingos José dos Santos que na época estava com a filha doente e prometeu a São Francisco que se a filha fosse curada ele construiria um cruzeiro e depois faria uma capela, dando o nome do padroeiro a ela. Uma nova igreja da



comunidade começou a ser construída em 2011, e está sendo finalizada. A seguir, imagem do cruzeiro, localizado no Sítio Contendas:



Foto 06: Detalhe do cruzeiro construído pelos antigos moradores da comunidade.

Organização Comunitária e Movimentos Sociais

Organizam-se por meio de reuniões na casa de familiares e principalmente na sede da Associação. A comunidade é representada pela Associação Quilombola do Território de Contendas e Tamboril, criada no ano de 2005, entidade jurídica, sem fins lucrativos. A Associação tem sede própria construída recentemente em Contendas, e também um banco de sementes, localizado em Tamboril.

A Associação Quilombola do Território de Contendas e Tamboril é atuante e influi diretamente nas relações sociais da comunidade, possibilitando inclusive uma maior união entre os moradores que a consideram como principal espaço de reuniões e encontros. A seguir, imagem da sede da associação de moradores da comunidade:



Foto 07: Detalhe da sede da Associação Quilombola do Território de Contendas e Tamboril.



Regularização Fundiária

O território certificado pela Fundação Cultural Palmares, em 02 de março de 2007, contempla no nome apenas os sítios de Contendas e Tamboril, mas abrange aos três sítios que compõem a comunidade quilombola. Desde a certificação, as comunidades usufruem do uso da terra, entretanto, o INCRA ainda não forneceu a titularidade da terra à comunidade, o que dificulta o acesso a linhas de crédito que exigem garantias reais, por não possuírem o documento. A comunidade busca insistentemente a resolução desta situação junto a este órgão. O não reconhecimento deste território como quilombo aflorou um conflito entre os moradores e o órgão federal a partir do ano de 1998 até o ano de 2006. Em 2006 a terra foi desapropriada, e segundo relatos de moradores foi comunicado à comunidade o “novo pertencimento”.

Instituições Parceiras e Projetos de Desenvolvimento Local

A comunidade de Contendas relata a presença de algumas instituições governamentais que são parceiras, principalmente na área produtiva, com maior destaque para a Prefeitura Municipal de Salgueiro, o Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, muito atuante segundo os moradores e responsável pelo repasse e cadastramento dos benefícios governamentais, e o ProRural.

Distribuição Espacial e Formas de Uso da Terra

A comunidade de Contendas faz limite ao sul com a Fazenda Tamboril, a oeste com a Fazenda Riachinho, a leste com a ‘estrada velha de Umãs’ e ao norte com a Fazenda Poçinho.

O início de sua ocupação ocorre primeiramente na Fazenda Tamboril, e logo se concentra em Contendas com um número maior de famílias, assim como ocorre nos dias atuais. Grande parte das terras encontra-se em posse de fazendeiros, e a comunidade busca outras formas de aproveitamento do território, renegando involuntariamente alguns de seus potenciais de exploração, pois as cercas impedem grande parte das atividades historicamente desenvolvidas na comunidade, como coleta de frutos e retirada de fibras vegetais.

Expectativas da Comunidade

A Prefeitura Municipal de Salgueiro iniciou no ano de 2011 uma série de capacitações voltadas às questões relacionadas à produtividade da comunidade, à agricultura e pecuária.

Os moradores relataram alguns cursos e encontros de caráter formativo que a comunidade mais necessita, como:



- Capacitação em saúde, saúde da família e qualidade de vida;
- Manejo do solo e valorização da Caatinga;
- Elaboração de projetos e captação de recursos;
- Cursos de aperfeiçoamento de bordado, corte e costura;
- Criação de caprinos e ovinos, galinhas, agricultura irrigada, apicultura, gestão pública e associativismo;
- Coleta seletiva.

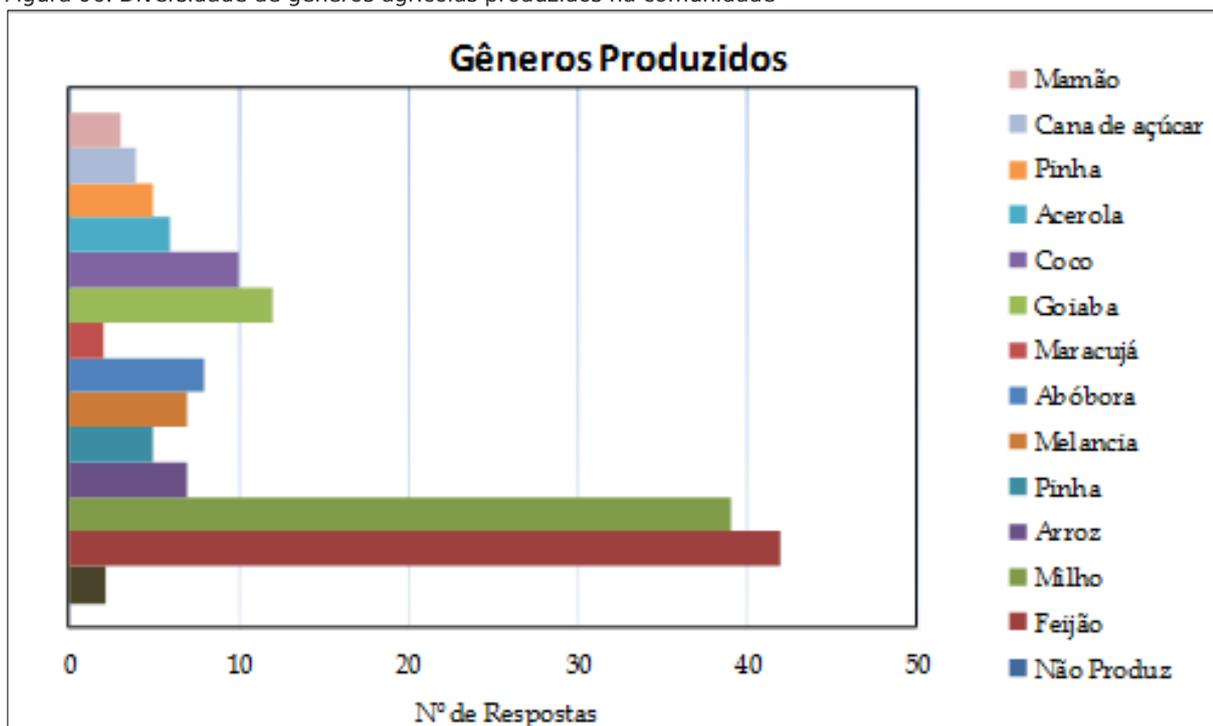
Arranjos Produtivos

Em Contendas, as formas de trabalho e as atividades produtivas existentes na comunidade não são tão diversificadas, e a obtenção de renda está diretamente relacionada com programas assistenciais, programas de transferência direta e aposentadoria.

Os produtos agrícolas e a criação de animais representam apenas fonte de subsistência, pois não são comercializados. Apenas uma pequena parte dos moradores vive da comercialização em pequena escala de produtos agropecuários e possuem algum tipo de vínculo empregatício no serviço público.

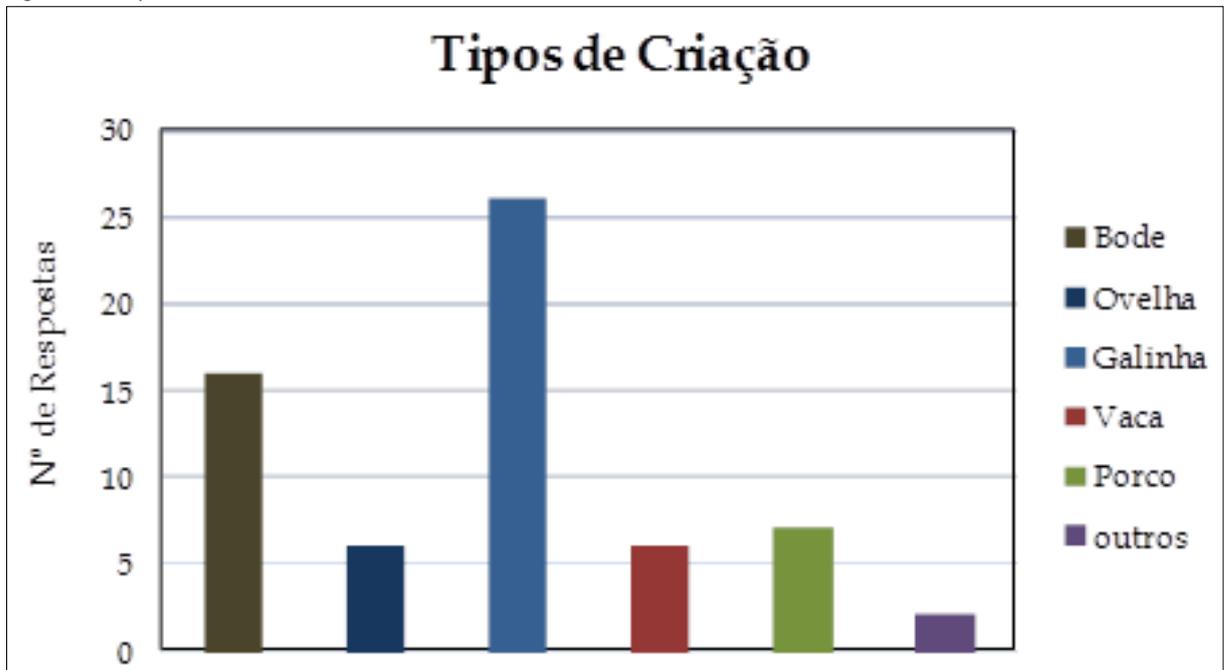
As principais culturas são feijão e milho. Cultiva-se ainda coentro, goiaba, coco, abóbora, melancia, outras frutas em pequenas quantidades e hortaliças. A seguir, o gráfico que representa a produção agrícola na comunidade:

Figura 06. Diversidade de gêneros agrícolas produzidos na comunidade



Os animais criados na comunidade são: galinha, bode, ovelha, porco, vaca e outros em menor quantidade, sendo que a criação de caprinos é praticada de forma coletiva. Aproximadamente 35% das famílias criam esses animais com o objetivo de comercializar, com predominância para o bode, posteriormente porco e vaca. Essa comercialização, seja de animais ou do plantio, geralmente são realizadas na feira que ocorre principalmente aos sábados no município de Salgueiro, ponto de comercialização mais intenso e mais próximo à comunidade. A seguir, o gráfico que representa os tipos de criação existentes na comunidade:

Figura 07. Tipos de animais criados na comunidade.



A imagem a seguir representa a forma como são criados os animais de pequeno e médio porte na comunidade de Contendas/Tamboril do Padre e Cacimba Velha:



Foto 08: Criação coletiva de caprinos na comunidade.

6.4.2. Infraestrutura Social e Econômica

Saneamento Básico

- Fontes de Abastecimento de Água

Existem poços, cisternas, barragens e barreiros como fontes de captação de água na comunidade. Porém, as principais fontes pertencem à Rede São Francisco (RSF), sob responsabilidade da COMPESA que é específica para a comunidade e oriunda do município de Cabrobó. Além disso, há diversos açudes. Os principais são o Açude de Joaquim Anjo, o Açude Manoel Sebastião, o Açude do Seu Tonho, o Açude Trindade, o Açude Limoeiro, o Açude da Porta, o Açude do Boi e o maior e conseqüentemente o principal deles, o Açude Novo.

A adutora que abastece de água a comunidade atende a totalidade das famílias, mas em tempos de longo período de seca ocorrem irregularidades neste abastecimento. Com isso a comunidade busca alternativas de abastecimento mais próximas, como os açudes locais.

A existência dessa grande quantidade de açudes é o principal fator de segurança hídrica para a comunidade em épocas que a rede de água canalizada apresenta algum tipo de deficiência. Os moradores relatam que a rede não possui capacidade suficiente para a condução da água, pois a tubulação é de baixo calibre e frequentemente apresenta problemas técnicos. *“Às vezes passa vários dias sem ter e a tubulação é muito fina”*, alega um dos moradores da comunidade.

Como citado anteriormente, o acesso à água sempre foi o principal motivo de luta e o principal obstáculo para o desenvolvimento local. Historicamente, sejam por questões climáticas ou mesmo políticas, essa dificuldade nunca foi superada.

- Efluentes Domésticos

A comunidade de Contendas não possui rede de esgoto, porém a maioria dos domicílios possuem fossas, construídas pela parceria MI/FUNASA na substituição das casas de taipa por alvenaria.

- Coleta e Destinação do Lixo

Em Contendas não há coleta de resíduos por parte do município de Salgueiro. Não há reaproveitamento de resíduos e tão pouco a coleta seletiva na comunidade, e a maioria das famílias (86%) ainda pratica a queima dos resíduos. O restante da população (14%) deixa o lixo espalhado no terreno. *“Está tomando de conta do meio ambiente”*, é uma fala recorrente na comunidade em relação aos resíduos gerados.



Energia Elétrica

A comunidade de Contendas possui energia elétrica em praticamente todas as casas, apenas 5% dos domicílios não contam com o fornecimento deste serviço.

Saúde

Os comunitários recorrem ao distrito de Umãs quando necessitam de atendimento médico, onde o atendimento é oferecido pelo Programa de Saúde da Família (PSF). Os comunitários relatam que o PSF de Umãs atende às necessidades, e que em casos mais graves deslocam-se ao município de Salgueiro para atendimento no Hospital Regional de Salgueiro.

Destacam ainda a importância das benzedeadas e parteiras tradicionais da própria comunidade, bem como o uso das plantas medicinais e remédios caseiros provenientes da Caatinga. É comum relatos de moradores que afirmam nunca terem utilizado remédios farmacêuticos, pela variedade de plantas que sempre utilizaram tradicionalmente. Agentes de saúde visitam a comunidade periodicamente, pelo menos uma vez ao mês. Os moradores consideram que as famílias são bem atendidas e atribui a qualidade da saúde local principalmente à visita dos agentes e à utilização de remédios caseiros.

Educação

A comunidade de Contendas não possui escolas de ensino fundamental e médio. As crianças, adolescentes e adultos que estudam frequentam as escolas do distrito de Umãs e do município de Salgueiro. As principais são a Escola Estadual Agrícola de Umãs, que oferece o ensino médio, e a Escola Municipal Maria Dalva Gonçalves de Barros que oferece o ensino fundamental, também localizada em Umãs.

Comunicação

A comunidade não possui acesso adequado a veículos de comunicação, não existe antena para telefonia celular e telefones públicos, o uso da internet é restrito. Os principais veículos de comunicação são as conversas entre os moradores, a televisão e o rádio. A maioria dos moradores possui telefone celular, porém reclama da frequência de sinal oferecido pelas operadoras, o que dificulta bastante a utilização. A sede da Associação e a casa de algumas famílias são os principais espaços de interlocução da comunidade.

6.4.3. Produção e Formas de Uso e Ocupação da Terra

Recursos Naturais

A comunidade faz o beneficiamento da polpa do umbu, fruto nativo da Caatinga, para consumo próprio. As sementes de umburana de cheiro são bastante utilizadas para remédios caseiros e também para comercialização. Esta planta sempre foi muito



valorizada pela comunidade e o trabalho de coleta das sementes envolve grande parte das mulheres, independente da faixa etária. O barro já foi extraído e trabalhado em artesanato por algumas moradoras, porém esta atividade hoje não é mais realizada.

6.4.4. Serviços de Apoio à Produção

Assistência Técnica

A comunidade é atendida por um programa que envolve uma série de capacitações oferecida pela Prefeitura Municipal de Salgueiro, inicialmente voltado para a criação e beneficiamento da carne de caprinos e ovinos. Os moradores relatam que toda parte teórica já foi trabalhada, porém, por condições climáticas, as matrizes que foram adquiridas ainda não possuem um pasto adequado para a criação.

6.4.5. Análise dos Resultados da Pesquisa Socioeconômica

Os moradores de Contendas/Tamboril do Padre e Cacimba Velha possuem uma ligação muito íntima com sua origem e seu território. A comunidade é constituída aproximadamente por 50 (cinquenta) famílias, com faixa etária média entre 25 e 60 anos.

Quanto à educação, é notório que a comunidade possui baixo índice de escolaridade, porém o interesse e a preocupação por este aspecto revela uma necessidade emergente de transformação deste cenário.

Como alternativas de fonte de renda, a comunidade encontra-se praticamente estagnada, e a maioria das famílias depende de programas assistenciais do Governo Federal.

As manifestações culturais estão diretamente relacionadas à religiosidade, típicas da região, e aniversários do município de Salgueiro e do distrito de Umãs.

A organização social é centralizada na Associação, mas também apoia-se no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Salgueiro. Também possuem parcerias voltadas à produtividade agrícola e pecuária, a partir do órgão competente estadual, o IPA. Os moradores valorizam formações profissionais, capacitações e outros processos educativos em suas mais variadas formas, e reconhecem a necessidade de promovê-los com maior frequência na comunidade.

Os comunitários aguardam a documentação oficial do território, porém foram notificados sobre a nova configuração regularizada em 2007 pelo órgão competente.

A agricultura familiar em sua essência é diversificada, em pequena escala e de subsistência, sem perspectiva de crescimento. Já a pecuária é vista com maior potencial de produção, e as lideranças locais acreditam que a partir do desenvolvimento de novas técnicas e incentivos de ordem financeira podem alavancar este setor produtivo.



As famílias são contempladas por abastecimento regular de água a partir de adutoras oriundas do rio São Francisco, porém os moradores afirmam que a rede de abastecimento carece de manutenção por apresentar problemas frequentes limitando o acesso a este recurso.

Não há rede de efluentes domésticos ou coleta de resíduos na comunidade, portanto os mesmos são depositados no ambiente sem qualquer tratamento.

Quanto à saúde local, os moradores recorrem ao distrito de Umãs, e em casos mais graves ao Hospital Regional de Salgueiro. A medicina tradicional também é bastante utilizada na comunidade, que ainda possui conhecimento a partir dos moradores mais antigos.



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um aspecto importante da comunidade Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha é que o território se constituiu, desde o início, a partir do uso da terra não apenas para moradia e cultivo de subsistência, mas como elemento decisivo de união familiar. Verifica-se que a maioria das pessoas que vivem na comunidade nasceu e cresceu nesta localidade, mantendo com o território e com elementos da natureza uma íntima relação, permeada por valores simbólicos e sagrados que são características peculiares às comunidades tradicionais. Pessoas que vieram de outras localidades têm como motivações à migração os matrimônios ocorridos entre moradores da região.

A comunidade tem promovido a participação comunitária em prol de seu desenvolvimento com atividades diversas, e a partir de novas parcerias acredita no desenvolvimento local voltado à potenciais como a agricultura e a pecuária.

Salienta-se que nesta comunidade, a principal luta sempre foi condicionada pelo reconhecimento legal de seu território, para assim poderem lutar por outros direitos e trilhar novas conquistas.

Mesmo sendo relativamente dispersa no ponto de vista geográfico, a união entre os moradores torna-se característica primordial para o reconhecimento legal do território. Fato constatado pela atuação da Associação local que busca por meio da mobilização, articulação de parcerias como a Prefeitura de Salgueiro, o IPA, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o ProRural, e a partir de uma nova organização social, alavancar o desenvolvimento local da comunidade.



8. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W. P. de; FILHO, W. F. **Uma História do Negro no Brasil**. Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Quilombos: sematologia face a novas identidades**. In: CRUZ, Magno José et al (org). São Luiz: SMDDH/CCN-PVN, 1996.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno et al. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010.

ANDRADE, L. M. M. de. **Terras Quilombolas em Oriximiná: Pressões e Ameaças**. 1ª ed. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2011.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo; CYPRIANO, André. **Quilombolas. Tradições e cultura da resistência**. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

ARARIPE, A.; NASCIMENTO, E. **Sertão Quilombola: A Formação dos Quilombos no Sertão de Pernambuco**. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 2008.

CAMPOS, C. S. **Conjuntura quilombola no sertão de Pernambuco**. Tempo e Presença. Koinonia; Ano 3 - Nº. 11; Julho de 2008.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Cabrobó**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Cabrobó**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Salgueiro e Terra Nova**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Salgueiro e Terra Nova**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Mirandiba**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Mirandiba**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.



GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: Uma orientação aplicada**. 4ª. Ed. Porto Alegre: Bookman. 2006. MEC – Ministério da Educação: Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view> Acesso em 30/08/2013.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Guia de Políticas Sociais Quilombolas. 2009. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/publicidade>> Acesso em 22/12/2011.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O Negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

RATTS, Alecsandro J. **(Re)conhecer quilombos no território brasileiro**. In: FONSECA, M. N. S. (Org.). Brasil Afro-brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SILVA, J. M. S. **Tecendo estórias das comunidades mais remanescentes quilombolas aqui e acolá**. 2010. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2004. Orientação de Profª Doutora Maria Lúcia Pimentel de Sampaio Góes.

SILVA, J. M. S. Comunidades Quilombolas, suas lutas, sonhos e utopias. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/COMUNIDADES-QUILOMBOLAS-SUAS-LUTAS-SONHOS-E-UTOPIAS.pdf>. Acesso em: 19/01/2012.

SIQUEIRA, M. de L. **Quilombos no Brasil e a Singularidade de Palmares**. Disponível em <<http://www.smecc.salvador.ba.gov.br/documentos/quilombos-no-brasil.pdf>> Acesso em 22/12/2011.

SEPPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em <http://www.seppir.gov.br/copy_of_acoes> (2008). Acesso em 30/12/2011

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**: Ambiente & Sociedade, São Paulo, ano V, n. 10; 1º Semestre de 2002.

SOUSA, R. G. **Escravidão Indígena x Escravidão Africana**. Mundo Educação. Disponível: <<http://www.mundoeducacao.com.br/historiadobrasil/escravidao-indigena-x-escravidao-africana.htm>>. Acesso em: 16/02/2012.

ISA – INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. Eds. Santos, Kátia M. Pacheco dos e Tatto, Nilto. São Paulo, 2008.

Escravidão e Resistência em Pernambuco. Disponível em: <http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/pe/pe_escravidao.html>. Acesso em: 26/03/2012.



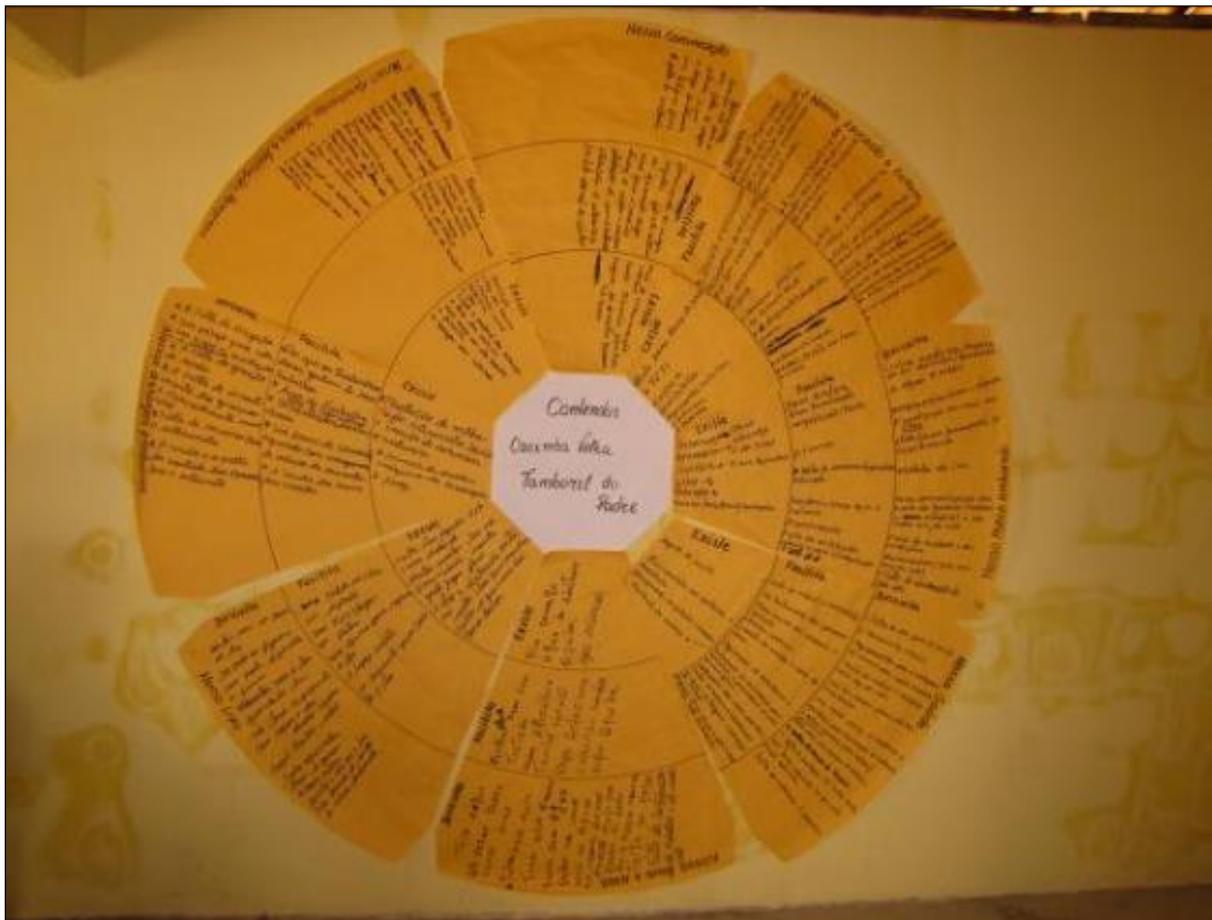
9. ANEXOS

Anexo I: Imagem do Painel Rotativo e Quadro Descritivo do Painel

Anexo II: Plano Integrado de Capacitação de Comunidades Quilombolas



ANEXO I. Imagem do Painel Rotativo e Quadro Descritivo do Painel.



QUADRO DESCRITIVO DAS INFORMAÇÕES DO PAINEL ROTATIVO

NOSSAS ÁGUAS E USOS		
Existe	Facilita	Difículta
Rio, córrego, água de adutora, açude, água encanada.	"Porque a água vem bem tratada", agricultura familiar.	Falta água: "às vezes passa vários dias sem ter", tubulação muito fina: "às vezes ficamos quase sem água", no verão os açudes secam "nossos animais passam muita sede", plantação de horta para o consumo, falta de contribuição da prefeitura e do sindicato rural.
NOSSO LIXO		
Existe	Facilita	Difículta
Muito lixo jogado no meio ambiente, lixo é destruído no tempo, muito lixo na comunidade, lixo queimado, queimada de lixo causando doenças;	Coleta de lixo, um depósito, oficina de reciclagem, a limpeza.	Não existe um carro para coletar o lixo, "nem todos fazem a sua parte", "não ter reciclagem e reaproveitamento do lixo", "está tomando de conta do meio ambiente".



NOSSA SAÚDE		
Existe	Facilita	Dificulta
<p>Agente de saúde, medicamentos aos pacientes diabéticos, atendimento das gestantes e crianças, pastoral da criança.</p>	<p>Visitas do médico à comunidade para o tratamento das pessoas, para a saúde das crianças e das gestantes, visita do médico a cada 15 dias, aquisição de ambulância e instalação de orelhão para facilitar a comunicação em caso de emergência, recursos materiais, dedetização das casas para a eliminação do barbeiro e substituição das casas de taipa por alvenaria, vacinação de animais.</p>	<p>Falta de posto de saúde, de atendimento médico de equipamentos para a realização de exames, "visita do médico só é realizada uma vez por mês", não existe serviço ou vigilância sanitária para vacinação de cachorros e outros animais, falta ação para eliminar barbeiro, falta saber em que estão sendo aplicados os 40% a mais da verba Quilombola, falta materiais e parcerias.</p>
NOSSO MEIO AMBIENTE		
Existe	Facilita	Dificulta
<p>Árvores, animais, água, Caatinga, ar puro, ser humano, açudes, lixo, poluição, nosso território/moradia.</p>	<p>Bem-estar, área preservada, vegetação, pasto, a terra, projetos, "a terra que é nossa", preservação, "falta de ar poluído", cobrir o solo com vegetação.</p>	<p>Cortar madeira, exploração da Caatinga, queimada, fiscalização por meio do CPRH, falta de conscientização, poluição, "mais conscientização por parte do governo federal e estadual e de cada um de nós", solo com muito sal, falta de disposição de cada um.</p>
NOSSA EDUCAÇÃO E CULTURA		
Existe	Facilita	Dificulta
<p>Escola Joana Maria de Jesus, PETI, Capoeira, coral católico, movimentos católicos, artesãs, esportes.</p>	<p>O prédio, o recurso com recompensa de 40% a mais por ser área Quilombola, ter professores da comunidade, pessoas práticas na comunidade, disponibilidade dos jovens e a disponibilidade de receber capacitação em todas as áreas.</p>	<p>Falta de professores capacitados na comunidade e a escola ser multiseriada e no momento tá desativada, a remuneração do professor que faz seu papel, o de merendeiro e ainda de coordenador, falta de professor e material, falta de formação profissional dentro da comunidade, falta de estrutura "prédio", material de trabalho, capacitações, falta mais funcionário e o compromisso dos pais em colocar os filhos na escola da comunidade, falta espaço para práticas.</p>
NOSSA COMUNICAÇÃO		
Existe	Facilita	Dificulta
<p>Meios de comunicação, celular, rádio, televisão, boca-a-boca, programa de rádio do sindicato rural.</p>	<p>Funcionamento de energia regular facilitando a informação chegar mais através de rádio e celular, instalação de um orelhão, instalação de antena para facilitar o sinal do celular.</p>	<p>Falta de energia, sinal ruim, falta de telefone fixo, falta de orelhão e a longa distância.</p>
NOSSOS MOVIMENTOS SOCIAIS E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS		
Existe	Facilita	Dificulta
<p>Associação, o terço dos homens, a prefeitura, o IPA, o sindicato rural, o coral, a pastoral das crianças, o terço das mulheres, existe escola mais está fechada, a FUNASA e as festas culturais.</p>	<p>A sede da associação, a união do grupo, ter onde se reunir a vinda do médico, a vinda de benefício.</p>	<p>Falta de um trator, de uma máquina de debulhar feijão, poço artesiano para irrigar água, energia para trabalhar nas roças, financiamento para a agricultura familiar, dificuldade de técnicas agrícolas, telefone fixo, o terço das mulheres se reunir mais, a organização da pastoral das crianças e a prefeitura fornecer uma ambulância.</p>



NOSSOS ARRANJOS PRODUTIVOS

Existe	Facilita	Dificulta
<p><i>Plantação de milho, feijão, arroz, artesanato, louça, criação de animais, costureiras, animais de arado, máquina de pulverizar.</i></p>	<p><i>Os trabalhadores gostam do trabalho, área de trabalho para a agricultura, capacitação nestas áreas, banco de sementes equipado com máquinas para seleção de sementes e a venda da carne das criações.</i></p>	<p><i>Falta de irrigação, espaço para colocar o que é produzido, no artesanato falta geração de renda, falta de investimento dos governos principalmente municipal, falta de recurso para o artesanato, a união e a falta de vontade das pessoas para o artesanato.</i></p>



ANEXO II. Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas

